



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO N.º. 1007/2011

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Rio Novo, realizada em 25 de fevereiro de 2011.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro de 2011, em sua sede própria, reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal de Rio Novo, sob a presidência do vereador Elder Louro de Souza e com a presença dos seguintes vereadores: Eder Lima Moreira, Heitor Cordibeli dos Santos, José Adriano Tostes Xavier, Guilherme Costa de Castro, Marcio Andrey Vieira Moreira, Ivalto Rinco de Oliveira e Francisco de Assis da Cruz. Respondeu por ausência o vereador Ormeu Rabello Filho. **ATA** – Dispensada a leitura da Ata n.º. 1006/2011, foi à mesma aprovada com abstenção dos vereadores Eder Lima Moreira, Guilherme Costa de Castro e Heitor Cordibeli dos Santos. **EXPEDIENTE – 01** – Parecer. Assessoria Jurídica: Ferreira Martins Sociedade de Advogados. Assunto: Veto ao projeto de lei n.º. 027/2011 que “Dispõe sobre revisão geral anual dos Agentes Políticos do Município de Rio Novo”. Relatório. Solicita a Câmara Municipal de Rio Novo, através de seu Presidente – Ilustre Vereador Elder Louro de Souza, parecer desta assessoria jurídica, acerca do veto ao Projeto de Lei n.º. 027/2011, de iniciativa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a revisão geral anual dos Agentes Políticos do Município de Rio Novo no exercício de 2011. O veto apresentado pelo Prefeito Municipal não se refere a questões ligadas à constitucionalidade do projeto de lei, nem tampouco, a critérios de juízo de valores, mas tão somente à moralidade da proposta, considerando que o percentual de revisão do projeto dos agentes políticos se revelou superior ao concedido pelo Poder Executivo aos demais servidores da Administração. Fundamentação. Informamos inicialmente que o Projeto aprovado por esta Casa Legislativa observou o respectivo trâmite legal, dentro processo legislativo municipal, sendo devidamente aprovado em deliberação do plenário da Câmara Municipal. Atendidos os requisitos quanto à forma, passamos a analisar a legalidade do projeto em comento. Inicialmente, devemos destacar que o percentual de revisão aplicado no projeto, o IPC-Fipe acumulado do período de janeiro de 2010 a janeiro de 2011, que apresentou um índice de correção de 6,41% (seis inteiros e quarenta e um décimos por cento), foi o mesmo utilizado na Lei de Revisão do exercício anterior, o que demonstra a coerência do padrão adotado no procedimento de revisão geral anual. Corroborando o acima exposto apresentamos abaixo a transcrição do art. 5º, da Lei Municipal n.º. 993, de 29 de maio de 2008 que fixou os subsídios dos Agentes Políticos do Município de Rio Novo para Legislatura 2009/2012 e deu outras providências, dentre elas, o critério de revisão geral anual: “Art. 5º - Assegura-se aos Agentes Políticos do Município de Rio Novo a revisão geral anual, com base no IPC ou outro índice oficial, após 12 (doze) meses, contados da publicação desta Lei.” (grifo nosso). Há de se destacar também, que o inciso X, do art. 37 da CRFB/88 define que *a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.* (grifo nosso). Já a Lei de Responsabilidade Fiscal por seu turno, ao disciplinar as despesas obrigatórias de caráter continuado, determina que quaisquer atos que criarem ou aumentarem tais despesas, deverão ser instruídos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, exceto, nos casos descritos em seu § 6º, do art. 17, que se destinam a serviço da dívida e ao reajustamento de remuneração de pessoal eu trata o inciso X do art. 37 da Constituição. (grifo nosso). Nesta mesma linha de raciocínio, o art. 22 da LC 101/00 (LRF), determina que a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos para as despesas de pessoal deverá ser realizada quadrimestralmente e no seu parágrafo único, impõe as restrições ao se verificar o excesso de 95% (noventa e cinco por cento) dos gastos, o chamado “limite prudencial”. Dentre essas limitações, destacados a contida no inciso I, transcrita abaixo: “Art.22 - ...Parágrafo único - ...I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição”. Depreende-se desta construção, que a revisão geral anual realizada com base em índices oficiais, apesar de ser um direito social constitucionalmente protegido, não requer nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal instrução de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bem como, não se integra ao montante de despesas para apuração dos limites estabelecidos com gastos com pessoal, seja o limite prudencial, nem tampouco o limite legal. Diante tais considerações, verifica-se que não há o que se discutir quanto à legalidade do projeto em comento, no entanto, no que diz respeito a questões morais, informamos que o julgamento do mérito cabe exclusivamente as convicções ideológicas dos Nobres Edis. Posta a questão, é o parecer. Conclusão. Em razão do exposto, verifica-se que o projeto atende plenamente os pressupostos legais existentes aplicáveis a espécie, principalmente ao que diz respeito à observância da Legislação Municipal que dispôs sobre a fixação dos subsídios dos agentes políticos e outras providências. Portanto, cabe a Edilidade aferir o que é melhor a ser feito com relação à aceitação do veto ou a sua rejeição. Rio Novo, 25 de Fevereiro de 2011. Ferreira Martins – Sociedade de Advogados. **02 – Rio Novo, 21 de fevereiro de 2011. N.º. PM/2011/018.** De: Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Novo. Para: Senhor Presidente, Senhores Vereadores. Referência: Apresenta VETO. Pelo presente apresentamos o VETO ao projeto de lei n.º. 027/2011 que “Dispõe sobre revisão geral anual dos Agentes Políticos do Município de Rio Novo”. Razões do veto. Recentemente encaminhamos um projeto de Lei n.º. 001/2011 que concedeu a revisão geral anual aos servidores públicos do município de Rio Novo, com um percentual de 5,91% (cinco inteiros e noventa e um centésimo por cento), percentual este concedido através de estudos técnicos efetuados, o que não acarretaria grande aumento no percentual da folha de pagamento dos servidores públicos, estando nossa folha abaixo do limite prudencial no que se refere aos 95% de 54%, ou seja, 51,3%. Podemos destacar que é necessário um acompanhamento permanente da folha de vencimento do Município, em virtude de que as carreiras dos servidores estão nos primeiros degraus do desenvolvimento, e com o decorrer do tempo, novos benefícios serão incorporados aos vencimentos dos servidores, fazendo com que o comprometimento da receita se eleve para cobrir os futuros acréscimos de gastos com pessoal. Diante do exposto gostaríamos de esclarecer que não estamos procurando ou tentando fazer juízo de valores, nem procurando discutir se a concessão do aumento é legal ou ilegal, mas simplesmente estamos olhando o lado justo da medida, onde acreditamos que seria imoral os agentes políticos obterem um aumento diverso do que o concedido aos servidores públicos municipais. Esperando que o veto apresentado tenha pronto acolhimento por essa Egrégia Câmara Municipal, subscrevemo-nos com elevado apreço e distinta consideração. Atenciosamente, Antonio de Moura Varotto. Prefeito Municipal. **ORDEM DO DIA – 01 – Veto ao Projeto de Lei n.º. 027/2011.** Encaminhado a todas as Comissões para emissão de Parecer. Em 1º discussão. O veto é escrutínio secreto, as cédulas serão assinadas na presença de todos. Serão duas opções. Contra e a favor. Contra rejeita o veto. A favor será favorável ao veto. Palavra com o vereador Eder Lima. Meu voto é favorável ao veto tendo em vista que no dia da votação desse reajuste anual votei contra. Mantenho a coerência da minha votação. Politicamente não tenho nada haver com o envio desse veto para cá, até porque não tenho tido mais nenhum contato com o executivo. Palavra com o presidente Elder Louro. Peço ao vice-presidente que me substitua, pois vou fazer um pronunciamento. Parabenizo a Dona Maria Pinto que hoje colocou um carro de som na rua anunciando um baile e aproveitou esse momento para enaltecer a Santa Casa, mostrando a necessidade que temos de um hospital funcionando regularmente em nosso município. Esse veto não apresentou nenhuma ilegalidade. Discordo do executivo quando ele cita imoralidade. Manifesto meu voto favorável ao veto. Vejo a imoralidade nos argumentos utilizados para não aplicar reajustes dignos aos funcionários e utilizar grandes recursos públicos na realização de festas. Imoral é atribuir responsabilidades a terceiros quando o erro é absolutamente seu. Porque a palavra imoral fora desconsiderada. Hoje os funcionários estão recebendo 5,9%. Esse índice passou despercebido, pois todos os vereadores teriam sugerido tal índice. Dever-se-ia acompanhar pelo menos os aumentos dados nos últimos anos pelas prefeituras vizinhas. Isso não é aumento salarial, é reajuste. Palavra com o vereador Marcio Andrey. Solidarizo-me ao presidente, porque o tratamento que ele deu a essa questão é legal. A lei que fixa o subsídio obriga o presidente a entrar com projeto de lei de reajuste. Quando fui presidente, se



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

fosse de livre e espontânea vontade não daria, mas a lei nos obriga a fazê-lo. A base legal com a qual deu o aumento compactuou com o que à lei manda. Falar de imoralidade vai em desacordo com o que pregamos aqui dentro. Já que o vereador Eder Lima fala sobre coerência, poderia entrar com um projeto de lei revogando esse artigo 5º, desobrigando os presidentes de dar esse aumento. Não entendo sua coerência. Palavra com o vereador Eder Lima. Não costumo esquecer o que digo aqui. Não usei meu voto contra o reajuste como politicagem. A coerência é comigo e não com a lei que está sendo apresentada. Palavra com o vereador Marcio Andrey. Falei de coerência no trato da coisa. Entremos com um projeto revogando o artigo. Palavra com o vereador Eder Lima. Para que entra em votação? Para ter oportunidade de votarmos contra ou a favor. Votei contra. Palavra com o presidente Elder Louro. Entendi a colocação do secretário. Ou que a lei não existisse ou que fosse automático e não precisasse votar. Palavra com o vereador Marcio Andrey. Usamos com servidores da Casa o mesmo índice que o executivo usou com os servidores da prefeitura. Devemos equalizar isso. Palavra com o presidente Elder Louro. O executivo poderia utilizar outro índice, que poderia estar apresentando um aumento maior ou menor. Foram convocados os vereadores em ordem alfabética para proceder à votação do veto. Em 1º votação. Aprovado com seis votos favoráveis e dois votos contrários. **PALAVRA LIVRE** – Palavra com o vereador Eder Lima. Havia me comprometido por e-mail que entregaria os pareceres na terça-feira, só que na terça foi meu aniversário e não tive tempo de fazer. Se possível que nós membros da Comissão de Legislação possamos nos reunir na próxima terça-feira para elaboração do parecer. Um dos conselheiros questionou que foi dado parecer sem ter havido exame das contas. O Zeca foi autuado. A Izabel entrou com uma resposta e os conselheiros se reuniram em 2010 e disseram que o erro foi formal. Nesse encontro eles estão optando pela aprovação das contas. Peço a reunião para analisarmos esse parecer. Gostaria de incluir pedido de resposta de um requerimento que fiz há muito tempo. As senhoras que fazem hidroginástica na praça de esportes me procuraram dizendo que a escada que está enferrujada, só foi pintada e não trocada. A escada está com problemas e oferece risco. Palavra com o presidente Elder Louro. Parece-me que já houve retorno desse requerimento. Se algum vereador tiver requerimento que não obteve resposta ou que não foi satisfatória, estamos à disposição para reiterar. Fica marcada a reunião da próxima semana para quarta-feira, por causa do carnaval, às 19 horas. Palavra com o vereador Guilherme Costa. Está acontecendo um baile do Clube da Terceira Idade hoje, sexta-feira, e Dona Maria Pinto pediu para passar o convite aos vereadores. Palavra com o vereador Ivalto Rinco. Passando por uma Rua do Bairro Novo Horizonte me deparei com um esgoto jogado na rua. Procurei me informar e me pediram que resolvesse, pois está exalando um mau cheiro terrível e disseram que o “Zé Luiz” já esteve lá e nada foi resolvido. Passei ao prefeito e fomos juntos até o local. Na hora que ele viu ficou nervoso e chamou o morador, indagando ao rapaz o porquê da situação. Falei com ele para resolvermos o problema do rapaz, pois ele não tem condições de resolver. Ele disse que no dia seguinte mandaria resolver e de fato foi feito. Quero mandar a ele um agradecimento por ter atendido meu pedido verbal. Fomos à entrada da Rua Vovó Domitilde. Lá não há acostamento. Já fizemos vários pedidos e não conseguimos. Isso em várias gestões. Mostrei a ele a situação e ele disse que por ser rodovia não é de sua responsabilidade. Eu disse que está dentro da cidade, então é área urbana. Queria que o presidente fizesse um ofício pedindo providencias ao DER de Ubá, para ver se há possibilidade deles fazerem aquele acostamento, que seja em nome de toda a Câmara. Esquina da Mario Hugo com Vovó Domitilde. Talvez consigamos com o DER, pois com o prefeito não vamos conseguir. Fui procurado pelo Amandio, provedor da Santa Casa que me disse que vai enviar um ofício ao executivo comunicando o fechamento da mesma. O prefeito disse que não tem como repassar mais do que tem repassado. Nunca ouvi um prefeito dizer que é fácil administrar, que tem dinheiro a vontade. Só dizem que pode tudo quando estão em campanha. Nossa saúde tem que ser prioridade. Acho muito melhor ficar sem uma festa, mas chegar à Santa Casa e ter médico à vontade. Primeiro temos que ver o bem estar de nossa comunidade. É muito triste lotar essa cidade de gente e não ter hospital para atendimento. Devemos nos unir em prol do povo de Rio Novo. Palavra com o vereador José Adriano. Tenho em minhas mãos um texto que fala do crescimento econômico da cidade de Porto Real, no Rio de Janeiro, com pouco mais de cinco mil habitantes, graças ao trabalho do prefeito junto à geração de empregos através de indústrias de grande porte que geram uma alta receita ao município. É



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

isso que Antônio de Moura Varotto precisa fazer em nosso município. Inclusive Guilherme, o empresário que levei até você está interessado em comprar a Lacreme. Matias Barbosa ofereceu um terreno a ele. Mas ele quer vir para Rio Novo. Palavra com o vereador Guilherme Costa. Rio Novo foi prejudicada essa semana por uma placa colocada pelo DER, na divisa entre RIO Novo e Guarani. Essa placa foi colocada no local errado, pois tem propriedade registrada em Rio Novo e com a atual placa está do lado de Guarani. Peço um requerimento ao DER pedindo esclarecimento sobre essa placa divisória que com certeza foi colocada errado. A cidade de Porto Real está em alta expansão e possui muitas fábricas que geram essa receita milionária para o município. Quero saber da presidência se recebemos alguma justificativa da Copasa a respeito da água, pois estamos sendo cobrados e a situação é precária. Palavra com o vereador Marcio Andrey. Tive essa semana à informação de que a parte da empresa do senhor Ivan que estava dependendo de um galpão para funcionar, vai para Goianá. São em torno de trinta empregos que estarão sendo deixados de gerar. Isso é uma tristeza para nós. Palavra com o vereador José Adriano. Quando você fala ao prefeito sobre emprego, o que ele responde? Palavra com o vereador Guilherme Costa. Tive uma conversa com ele sobre um contato de um empresário do Rio de Janeiro, amigo do Pastor Adelino, interessado em vir para Rio Novo. Infelizmente o empresário ainda não deu mais notícias. O caso do amigo do José Adriano, cada um tem uma maneira de pensar. Mesmo sendo politicamente do mesmo lado, nem tudo conseguimos com o executivo. Sabemos que quanto mais emprego no município melhor. Nosso município sofre por falta de estrutura nessa área. O que podemos fazer são requerimentos, mas não temos o poder de executar. Fizemos um convite ao Denílson, Diretor da Multiterminais, mas infelizmente ele não pode comparecer naquele momento. Poderíamos convidá-lo novamente para nos dar orientações, pois hoje nossa única esperança é o funcionamento do Aeroporto. O que estiver ao nosso alcance, que possamos ajudá-lo. Palavra com o vereador José Adriano. A intenção desse empresário amigo meu é comprar a Lacreme. Com isso deixamos de ganhar. E quanto ao Senhor Ivan, eu disse em reuniões passadas que ele estava para ir para Goianá. Sei que o homem é difícil, mas tem que colocar na cabeça dele que emprego faz o município caminhar. Sabemos que no primeiro mandato várias pessoas quiseram se instalar em Rio Novo e ele não fez questão. Temos o terreno na Cerâmica que suportaria muitas empresas. Porque não se agilizar isso? Palavra com o vereador Marcio Andrey. Acredito que ainda seja possível negociar com o Senhor Ivan, pois a indústria que ocuparia o galpão em que ele está interessado já está instalada e outro local. Palavra com o vereador Eder Lima. Emprego, renda e indústria são o que está alavancando todos os municípios e inclusive Goianá. Marcus Pestana fez uma reunião com Associações de Comércio e Associação de Municípios Mineiros. Será criado um documento de investimento para nossa região. O plano de fundo para isso tudo é o executivo. Votamos acreditando, mas desacreditamos também. Política é isso. Estou e acho que ainda vou ter bastante problema pelo meu voto ao Elder para presidente da Câmara. Já que não está sendo usado o galpão lá embaixo, que iniciemos um diálogo para que o Senhor Ivan fique no município. Cabe a nós vereadores divulgarmos nossos atos e discussões. Isso ajuda muito. Se o município vai mal é porque também estamos indo mal. Mesmo assim não desistirei. Quero pedir ao presidente que tomemos conhecimento dessa agenda que está sendo elaborada pelo Marcus Pestana e as associações de comércio, indústria e desenvolvimento de Juiz de Fora. Com o convite ao Diretor da Multiterminais, devemos saber o que o nosso município está reivindicando dele ou o que a Multiterminais precisa do nosso município. Palavra com o presidente Elder Louro. Quanto à carta de agradecimento ao senhor Prefeito, será elaborada para pela secretária para que o vereador possa vir assinar. Quanto ao DER, acho melhor fazermos em forma de requerimento em nome de toda a Câmara para ser votado na próxima reunião. Entrei em contato com o DER sobre a placa mal localiza e o funcionário até brincou que placa não manda nada, mas queremos ela de volta no lugar. Outro fato é sobre a ponte que foi arrumada, mas que está gerando um alagamento no asfalto que liga Rio Novo a São João. Fui informado de que as providências já estão sendo tomadas para apurar as responsabilidades pelo problema. Fui procurado pelo gerente da Copasa, que acusou o recebimento de nossa correspondência e marcará um dia para comparecer aqui na Câmara e prestar os devidos esclarecimentos. Gostaria de dar abertura em nossa site da Câmara ao setor de esportes para divulgação dos eventos da secretaria de esportes. Vou procurar o Mario Guilherme e oferecer esse espaço a ele. Já fizemos vários



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

Praça Marechal Floriano Peixoto, 01 – Centro - Rio Novo – MG – 36150-000

www.camararionovo.mg.gov.br

contato@camararionovo.mg.gov.br

(32) 3274.1132 **Atendimento**

(32) 3274.2212 **Secretaria**

requerimentos sobre a situação da Cerâmica e não temos respostas. O terreno está lá, já é do município e no mínimo três empresários já estão interessados em construir. Palavra com o vereador Guilherme Costa. Sobre o Parque Industrial de Rio Novo tem uma lei específica para aquele terreno, que fala inclusive de três reais por metro quadrado. Gostaria que o presidente oferecesse cópias a todos nós vereadores para que pudéssemos nos inteirar do assunto e fornecer informações aos interessados. Sobre o Diretor da Multiterminais, formalizarei mais um convite para que compareça a Câmara numa data disponível para ele. Palavra com o vereador José Adriano. Sobre a Copasa, fiquei sabendo que o Danilo de Castro resolve esses problemas junto à Copasa. Disseram-me que é só falar com ele que resolve. Gostaria de pedir ao vereador Marcio, que apoiou o Rodrigo de Castro nas eleições, que tente esse contato para nós. Palavra com o vereador Marcio Andrey. Qual empresário vai instalar uma indústria numa cidade onde saúde não funciona, educação não funciona, que não tem segurança pública. Segunda-feira teve uma reunião de prestação de contas das polícias. Nosso prefeito não estava presente. A sensação de insegurança que município vive hoje frente à situação de saúde e tudo está sendo pomenorizada. Invasões e furtos têm sido corriqueiros na cidade. Não havia ninguém da polícia de Rio Novo lá. Eles frizaram muito a importância do executivo no apoio a todas essas ações. Estamos com um sério problema em relação à segurança de Rio Novo. Temos um marido delegado e quem deveria promover a justiça é a esposa dele. Apesar de sermos uma Comarca não temos juiz nem defensoria pública, atrasando a legalidade dos processos. A maioria dos policiais e o comandante da polícia também não moram no município. Tudo isso integrado com educação e saúde funcionando, faz com que empresas venham para o município. As ações aqui são muito politizadas. Tudo é levado para o lado da política. Como vamos construir uma cidade desse jeito. São muitos detalhes para o município chegar ao ponto de desenvolvimento. Palavra com o presidente Elder Louro. Sobre esse assunto, discutiremos em duas audiências públicas, de Saúde e Segurança Pública, respectivamente. Estão em fase de elaboração. Antecipo aos vereadores que para dar suporte a realização dessas audiências e a entrega dos títulos de cidadão honorários que pretendo realizar, farei a contratação de mais um funcionário. Estou aguardando assessoria contábil. Não havendo mais quem desejasse fazer uso da palavra, foi encerrada a sessão mandando que se lavrasse a presente Ata.